

Cardoso, Fernando Henrique



LUÍS COSTA PINTO

lula@correioweb.com.br

14 MAR 2002

Muito espião, pouca autoridade

A menos de nove meses de seu epílogo constitucional, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso descobre-se tendo de driblar mais um desgastante pedido de abertura de comissão parlamentar de inquérito. Agora, a CPI da Espionagem. O jogo em que é preciso entrar para desviar um pepino desses da rota de colisão com um governo é desgastante, requer energia e demanda concentração de esforços. Empenhado na campanha eleitoral que escolherá seu sucessor e tentando organizar o tempo e a agenda para ajudar o senador José Serra a chegar lá, faltam a FHC a energia e a concentração necessárias. Além disso, ele é hoje um chefe de Estado carente de equipe. Não tem a seu lado ninguém que consiga reunir, sob objetivos comuns, a mes-

ma turma que sempre o defendeu em todos os episódios obscuros do seu mandarinato. O governo carece de clareza de propósitos. O nome de José Serra não empolga a maioria dos sócios que o presidente sempre teve no exercício do poder.

Caso a oposição obtenha, de fato, as assinaturas dos 98 deputados e 17 senadores do PFL, a CPI da Espionagem será instalada. Posta para funcionar, cumprirá a sina de comissões nascidas a partir de caldos de cultura tão incendiários como o atual. Ou seja, chegará a algum lugar. Só duas comissões parlamentares de inquérito chegaram a algum lugar. Uma, em 1992, recebeu o nome de CPI do PC (de Paulo César Farias). A outra, em 1993, foi batizada de CPI do Orçamento. Em ano eleitoral, CPIs são ingovernáveis. Integradas por ex-sócios do poder,

amargurados por tê-lo perdido como são os pefelistas de hoje, tornam-se um risco incalculável.

O presidente Fernando Henrique chegou ao último ano de mandato dessa forma porque quis. A bagunça na base política que o sustenta é diretamente proporcional ao apetite que ele nutre pelo maquiavelismo. Em 1995, houve um escândalo federal em que se usou grampo telefônico. Era o Sivam. Em 1997, houve outro. Era a compra de votos para a reeleição. Em 1998, mais outro: a privatização do BNDES e, de lambuja, o papelório falsificado do Dossiê Cayman. O elo entre esses episódios é a participação de arapongas, espiões oficiais ou não. Essa turma só ousa sair das sombras quando a autoridade escasseia. Daí, eles se nutrem dos escândalos que plantam e matam governos por inanição. É de tremer.

CORREIO BRAZILIENSE